



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS

Nº 34

2º TRIMESTRE DE 2026

23 DE JULHO DE 2026

ESTE DOCUMENTO TEM O PATROCÍNIO DE:



RESUMO EXECUTIVO

- Parecia que o 2.º semestre de 2026 já traria alguma recuperação da actividade económica internacional e redução da inflação, já visível em Junho, mas agora este cenário ficou mais incerto, embora também não inteiramente descartado.
- Ainda assim, as últimas previsões internacionais têm registado alguma resiliência, sobretudo nos EUA, que estão a beneficiar do impulso da IA. Já no caso da zona euro, não tem sido assim, com sucessivas revisões em baixa, o que afecta as previsões para as exportações de Portugal, muito concentradas na Europa.
- Um elemento que poderia estar a dinamizar o investimento e o PIB português seria a tão anunciada simplificação dos licenciamentos e burocracia em geral, mas os efeitos prometidos tardam em concretizar-se.
- Um dos aspectos mais inquietantes das previsões económicas das várias instituições sobre Portugal é o facto de, após o arrefecimento da economia em 2026, não se esperar uma recuperação em 2027.
- O fraco optimismo para a economia portuguesa para o próximo ano, parece decorrer de fragilidades estruturais, em particular o fraco potencial de crescimento, que, em vez de melhorar, tenderá a deteriorar-se.
- As reformas estruturais (simplificação do licenciamento, desburocratização, etc.), são agora mais necessárias e urgentes do que antes. É muito importante passar do anúncio de grandes intenções para medidas concretas, com resultados muito palpáveis no terreno, a muito curto prazo.
- O Forum para a Competitividade estima um ligeiro abrandamento do crescimento, de 1,9% em 2025 para entre 1,7% e 1,9% em 2026 e melhoria marginal para entre 1,8% e 2,0% em 2027.
- O Forum para a Competitividade estima uma aceleração da inflação nacional, de 2,3% em 2025 para entre 2,6% e 2,8% em 2026 e recuo posterior para entre 2,3% e 2,5% em 2027.
- O Forum para a Competitividade estima uma estabilização da taxa de desemprego, de 6,0% em 2025 para entre 5,9% e 6,1% em 2026 e redução marginal para entre 5,8% e 6,0% em 2027.
- O bloqueio do estreito de Ormuz gerou uma nova crise energética. O preço da eletricidade está a ser afetado pela subida do preço do gás nos países muito dependentes das renováveis intermitentes, como é o caso português.
- As contribuições para o PIB e para o emprego dos centros de dados são importantes, sobretudo na fase de investimento, mas não na operação. Para além disso, causarão uma externalidade negativa aos consumidores portugueses de eletricidade, pelo que se recomenda a maior prudência neste dossier.
- Apesar do reforço previsto na ligação elétrica entre Espanha e França, o sincronismo directo continuará limitado aos 1 400 MW da única interligação em corrente alternada.

ÍNDICE

1. CONJUNTURA NACIONAL	
PIB	5
Consumo	10
Exportações	12
Indústria	14
Construção	15
Comércio	16
Serviços	17
Turismo	18
Inflação	19
2. AS EMPRESAS E OS SEUS CUSTOS	
Financiamento	21
Trabalho	22
Fiscalidade	23
3. CONJUNTURA INTERNACIONAL	24
4. MERCADOS	26
5. DO BLOQUEIO DO ESTREITO DE ORMUZ ÀS INTERLIGAÇÕES IBÉRICAS	30
6. LEGISLAÇÃO	42



**- No 1º trimestre de 2026,
o PIB estagnou em cadeia**

**- Forte aceleração do
investimento, mas muito
não contribuiu para o PIB**

1. CONJUNTURA NACIONAL

Pedro Braz Teixeira¹

PIB

No 1º trimestre de 2026, o PIB estagnou em cadeia, quando tinha aumentado 0,9% no trimestre anterior, enquanto em termos homólogos acelerou, de 1,9% para 2,3%. Como seria de esperar, o comboio de tempestades e início da guerra no Irão afectaram a economia de forma sensível.

O contributo da procura interna para a variação homóloga do PIB aumentou, de 3,1 pontos percentuais (p.p.) para 4,1 p.p., reflectindo a aceleração do Investimento e do Consumo Privado. Por sua vez, o contributo negativo da procura externa líquida acentuou-se no 1º trimestre (de -1,1 p.p. para -1,9 p.p.), tendo a aceleração das Importações de Bens e Serviços mais que compensado a recuperação das Exportações de Bens e Serviços.

O investimento conheceu uma forte aceleração, de 4,9% para 9,2%. O Equipamento de Transporte recuperou de -2,1% para 13,3% e as Outras Máquinas e Equipamentos tiveram uma evolução muito expressiva, de 6,1% para 27,4%, devido ao aumento das importações de bens de investimento em máquinas automáticas para processamento de dados. Sublinhe-se que este aumento do investimento baseado esmagadoramente em importações não aumenta o PIB, porque sai do país em montante similar. A excepção à aceleração do investimento foi a Construção, que perdeu vigor, de 5,6% para 2,6%.

¹ Director do Gabinete de Estudos do Forum para a Competitividade, responsável pelos textos destas Perspectivas Empresariais, com excepção dos assinalados.



As exportações recuperaram, de -0,5% para 1,7%, quer no caso dos bens quer dos serviços, mas a aceleração das importações foi ainda mais pronunciada, de 1,9% para 5,5%, provavelmente devido em grande parte ao investimento referido.

O emprego abrandou em termos de indivíduos (de 2,7% para 1,8%) e de forma ainda mais acentuada no número de horas trabalhadas (de 2,1% para 0,9%). Assim, a produtividade medida com base no número de horas trabalhadas aumentou de -0,2% para 1,4%.

Previsões de crescimento para Portugal

Fonte	Data	2026	2027
Conselho das Finanças Públicas	abr/26	1,6	1,8
Ministério das Finanças	abr/26	2,0	
Comissão Europeia	mai/26	1,7	1,8
OCDE	jun/26	1,8	1,7
Banco de Portugal	jun/26	1,8	1,6
FMI	jun/26	1,7	1,6
Católica	jul/26	1,8	1,5
Forum para a Competitividade	jul/26	1,7 a 1,9	1,8 a 2,0



- 2º trimestre mais benigno

Após as fortes perturbações do 1º trimestre, o comboio de tempestades e o início do conflito no Médio Oriente, o 2º trimestre revelou-se mais benigno, com um crescente optimismo sobre a normalização da circulação pelo estreito de Ormuz, patente na descida dos preços dos combustíveis e na melhoria da confiança dos consumidores e empresários.

A assinatura do Memorando de Entendimento entre os Estados Unidos e o Irão tinha trazido a expectativa de uma rápida normalização da circulação pelo Estreito de Ormuz, mas tem havido sucessivos desacordos, que têm protelado a retoma do tráfico marítimo por aquela via.

Os preços do petróleo podem ser encarados como um bom indicador do que os mercados financeiros esperam. Pouco depois da assinatura do referido Memorando, aqueles preços baixaram para níveis inclusive abaixo dos verificados na véspera do início das hostilidades, mas têm vindo a subir, encontrando-se já acima dos 90 dólares, mas claramente abaixo dos valores de quase 120 dólares que se registaram entre Março e Maio.

Ainda há pouco tempo, havia um razoável optimismo sobre a normalização da economia mundial no segundo semestre, mas temos agora dois efeitos. Por um lado, a retoma completa vai chegar mais tarde do que o antecipado e, por outro, mesmo que se venha a chegar a uma solução, permanecerão no ar muitas incertezas sobre a sua consistência.

Ainda assim, as últimas previsões internacionais têm registado alguma resiliência, sobretudo nos EUA, que estão a beneficiar do impulso da IA. Já no caso da zona euro, não tem sido assim, com sucessivas revisões em baixa, o que afecta as previsões para as exportações de Portugal, muito concentradas na Europa.



A conjuntura internacional tem mais dois canais de influência da economia portuguesa: as taxas de juro e a taxa de câmbio. Em relação às taxas de juro, o BCE já deu início a um ciclo de subida de taxas, que será tão mais intenso e tão mais prolongado quanto maior for a duração da actual crise.

Para já, o impacto sobre as taxas Euribor tem sido limitado, mas não deixa de ser mais uma componente de travão ao desempenho da economia. Nos próximos trimestres será de esperar talvez novas subidas, sendo improvável que se consiga alívio pelo efeito da incerteza já referido. O BCE terá dificuldade em confiar que o pior já passou, dada a imprevisibilidade do conflito do Golfo Pérsico. Em relação à taxa de câmbio do euro, tem-se assistido a uma depreciação, que suaviza os efeitos contraccionistas já elencados.

Em termos mais especificamente nacionais, a economia deve continuar um pouco afectada, mas de forma não muito significativa, sendo provável que consiga crescer pouco abaixo do seu potencial.

O emprego tem continuado a crescer de forma muito robusta, permitindo a expansão do consumo privado, que este ano já não deverá beneficiar de um estímulo fiscal. O já referido aumento da taxa de juro deverá conter um pouco o dinamismo da despesa das famílias, mas de forma não muito expressiva, dado que também não será muito intenso.

A subida das taxas de juro poderá também afectar o investimento, mas este estará a beneficiar da actividade de reconstrução dos estragos das tempestades, da recta final do PRR e de algum dinamismo no investimento para a habitação. As expectativas económicas e o ambiente em geral, como destaque para as tarifas dos Estados Unidos, também deverão impedir um maior dinamismo do investimento.

Infelizmente, como vem sendo hábito, é provável que o investimento público seja uma das principais variáveis de controlo da despesa pública e do défice orçamental,



- Forum para a Competitividade estima um ligeiro abrandamento do crescimento, de 1,9% em 2025 para entre 1,7% e 1,9% em 2026

sobretudo no ano corrente, que se iniciou com uma meta ambiciosa e sofreu várias surpresas negativas.

Um outro elemento que poderia estar a dinamizar o investimento e o PIB seria a tão anunciada simplificação dos licenciamentos e burocracia em geral, mas os efeitos prometidos tardam em concretizar-se.

Um dos aspectos mais inquietantes das previsões económicas das várias instituições é o facto de, após o arrefecimento da economia em 2026, não se esperar uma recuperação em 2027. Uma das explicações seria a de que a crise continuaria no próximo ano, mas isso não faz muito sentido, porque se espera que ela acabe em breve e porque, para muitas economias, em particular para a zona euro, a recuperação esperada para 2027 é muito nítida face a 2026.

Ou seja, o fraco optimismo para a economia portuguesa para o próximo ano, parece decorrer de fragilidades estruturais, em particular o fraco potencial de crescimento, que, em vez de melhorar, tenderá a deteriorar-se.

Ainda se aguardam as novas estimativas para o PIB dos últimos anos, decorrentes das novas estimativas demográficas, mas é provável que revelem um comportamento da produtividade ainda pior do que o estimado até agora. A conclusão principal a retirar é que as reformas estruturais (simplificação do licenciamento, desburocratização, etc.), são agora mais necessárias e urgentes do que antes. É muito importante passar do anúncio de grandes intenções para medidas concretas, com resultados muito palpáveis no terreno, a muito curto prazo.

Em resumo, o Forum para a Competitividade estima um ligeiro abrandamento do crescimento, de 1,9% em 2025 para entre 1,7% e 1,9% em 2026 e melhoria marginal para entre 1,8% e 2,0% em 2027.



- Aceleração do consumo privado

- Recuperação parcial da confiança dos consumidores

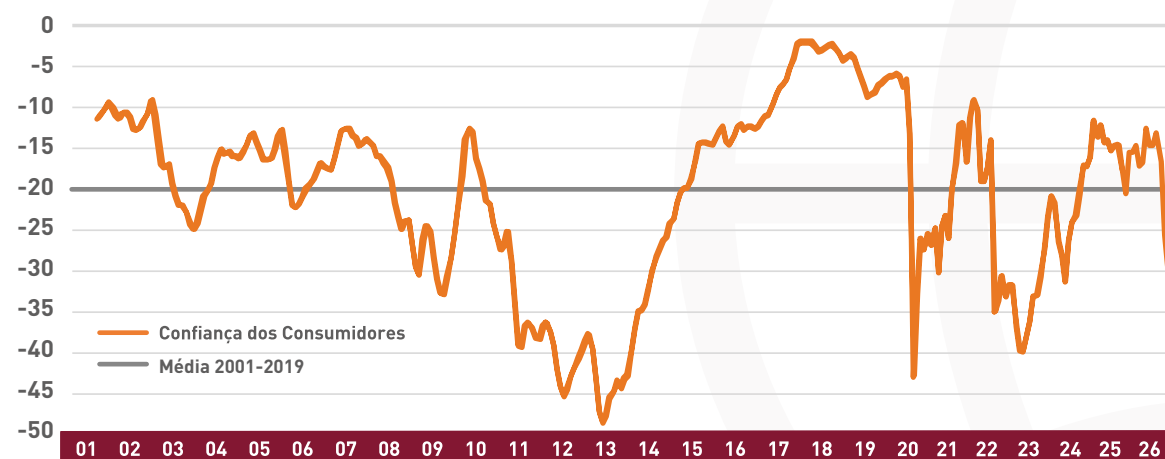
CONSUMO

No 1º trimestre de 2026, em termos homólogos, o consumo privado acelerou de 2,8% para 3,0%, sendo de registar uma ligeira desaceleração do consumo de bens duradouros (de 5,3% para 5,0%). O consumo público abrandou marginalmente, de 1,7% para 1,6%.

No 1º trimestre, a taxa de poupança das famílias subiu de 12,1% para 12,3%, um dos valores mais elevados dos últimos vinte anos e muito superior à média registada entre 2014 e 2024 (8,3%). É uma boa notícia, porque cria margem para o necessário aumento do investimento sem que isso se traduza no regresso aos défices externos.

A confiança dos consumidores caiu de Fevereiro a Abril, para valores inferiores à média histórica, o que se terá devido às tempestades e ao conflito no Médio Oriente, mas conseguiu recuperar em Maio e Junho, embora de forma apenas parcial.

Confiança dos consumidores



Fonte: INE.



- Consumo privado deverá abrandar em 2026

O consumo privado tem vindo a crescer de forma robusta, quer baseado em fundamentos mais sólidos, como o crescimento do emprego e das remunerações reais, quer em efeitos mais temporários, como a alteração das tabelas de retenção de IRS e o aumento extraordinário das pensões. No entanto, em 2026 e nos anos seguintes, não deverá haver margem orçamental para a repetição destes efeitos excepcionais.

Para além disso, dadas as recentes restrições à imigração e a algum desapontamento que terá afastado outros, será de esperar algum abrandamento da criação de emprego, com os consequentes efeitos de abrandamento do consumo. A subida das taxas Euribor também estará a conter o dinamismo do consumo, embora de uma forma não muito drástica.

Um dos aspectos mais relevantes dos últimos tempos é a forte subida da taxa de poupança das famílias, que constitui um travão ao aumento da despesa privada. Este aumento será explicado pelo aumento das taxas de juro, mas também por precaução, dada a instabilidade dos últimos tempos. No entanto, outra das razões será o aumento do rendimento em agregados com maior propensão à poupança, nomeadamente pensionistas, o que leva a questionar a opção de não haver aumentos diferenciados das pensões.

Em resumo, será de esperar algum abrandamento do consumo privado em 2026, quer devido ao desempenho da economia, quer devido à ausência dos estímulos extra como no passado recente.



- Recuperação das exportações de bens

EXPORTAÇÕES

Após cinco meses de quedas consecutivas das exportações de bens até Fevereiro, os três meses seguintes registaram uma nítida recuperação, mais nítida no início. Os trabalhos por encomenda continuam a representar uma fracção significativa do comércio, embora também estejam a aumentar a volatilidade dos resultados, que já era significativa anteriormente. Para além disso, a forte subida dos preços da energia também está a afectar os dados, quer na importação quer na exportação de produtos refinados.

Comércio externo de bens, taxa de variação homóloga

Indicador	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Exportações – total	-5,8	-1,7	-0,2	-14,1	-14,9	11,0	15,4	5,1
Espanha	-2,1	-6,9	1,5	-7,4	-9,2	6,3	11,1	2,3
Alemanha	-3,9	13,3	3,7	-44,3	-42,1	19,1	12,0	16,6
França	0,8	4,5	7,5	-0,8	-3,8	7,9	12,5	-4,4
EUA	-42,6	-20,8	-25,9	-13,0	-34,4	-25,1	-8,7	-7,0
Reino Unido	16,1	11,7	-21,5	-24,9	-21,3	19,9	20,2	-0,9
Itália	-16,3	0,5	5,7	-2,8	-0,3	17,3	12,0	-1,6
Países Baixos	-16,5	-16,5	-20,7	-6,2	-5,2	-0,9	26,0	1,3
Bélgica	-5,3	13,0	-14,9	-27,9	2,1	24,1	12,7	56,0
Polónia	15,1	5,0	11,9	5,9	-4,6	-0,6	18,8	12,8
Marrocos	-26,6	-25,4	-3,2	-12,2	-0,7	19,4	32,7	-0,3
Importações – total	-5,8	-1,7	-2,4	-2,3	-6,3	12,3	9,0	-1,6
Import. sem combustíveis	-2,1	-6,9	4,9	-2,3	-3,1	13,2	6,5	-6,8
Importações combustíveis	-3,9	13,3	-52,7	-2,2	-33,6	4,1	35,8	66,0

Fonte: INE.



A 1 de Maio, iniciou-se a aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e o bloco de países do Mercosul. Em 2025, os países do Mercosul representaram 5,1% das exportações portuguesas e 11,6% das importações, correspondendo a 1 124 milhões de euros e 3 049 milhões de euros, respectivamente.

A circulação pelo estreito de Ormuz permanece muito volátil, o que está a dificultar a estabilização das perspectivas sobre o 2º semestre, mas parece que há condições para que o desempenho da economia mundial melhore nos próximos trimestres, auxiliando as exportações portuguesas. Para além disso, a questão da significativa apreciação do euro, que constituía um travão, está praticamente dissipada, permitindo algum optimismo sobre o futuro próximo.

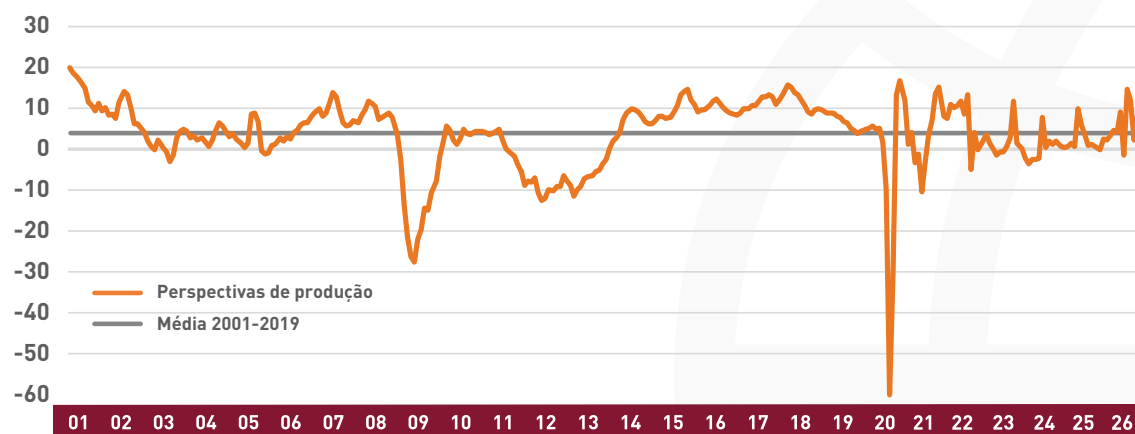
-Quebra das perspectivas de produção

INDÚSTRIA

Na indústria, as perspectivas de produção conseguiram manter-se em Março, mas baixaram de forma significativa no 2º trimestre, provavelmente em resultado do impacto do conflito no Médio Oriente.

Nos gráficos, optámos por não usar médias móveis a partir de 2020, para evidenciar a evolução de cada mês.

Perspectivas de produção



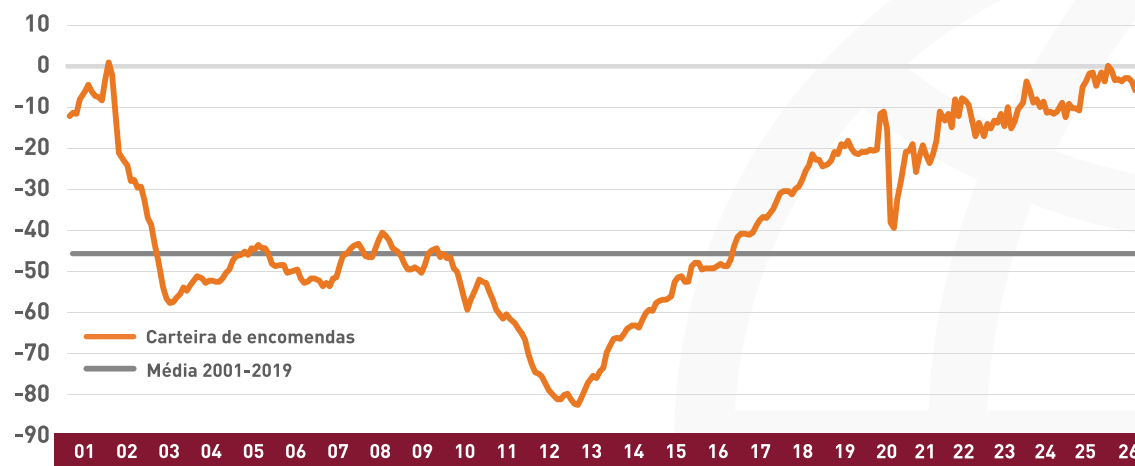
Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Indústria Transformadora, médias móveis de 3 meses em relação aos valores corrigidos de sazonalidade.

- Carteira de encomendas recuou, mas permaneceu a um nível elevado

CONSTRUÇÃO

Na construção, a carteira de encomendas subiu no 2º trimestre, para próximo do máximos históricos, sob o provável efeito de aumento da procura em resultado das necessidades de reconstrução após as tempestades.

Carteira de encomendas



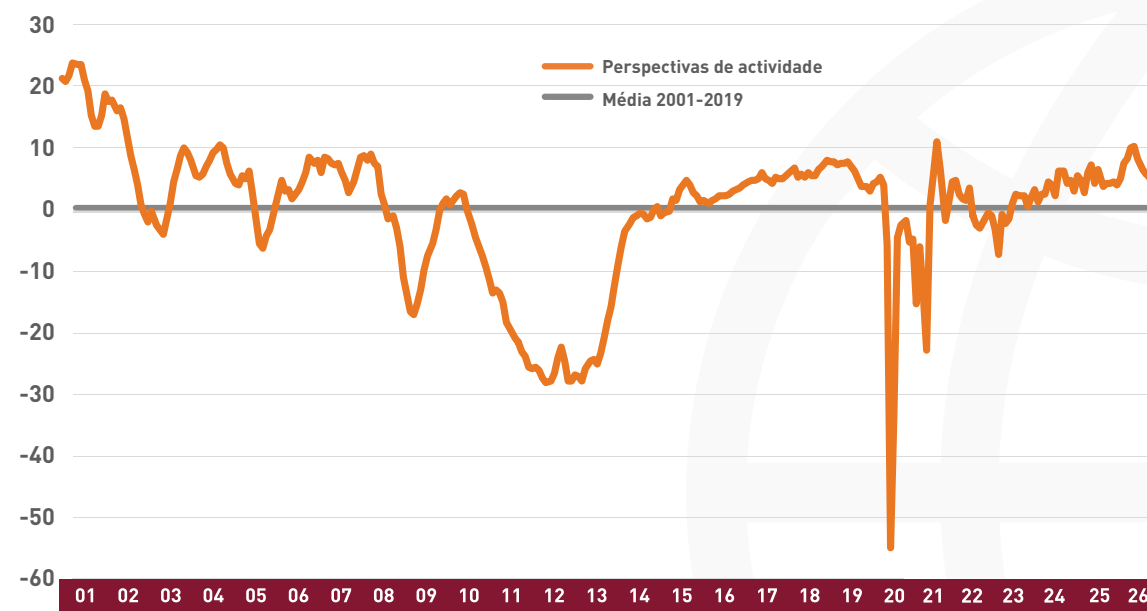
Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura à Construção e Obras Públicas, médias móveis de 3 meses.

- Recuperação das perspectivas de actividade em Junho

COMÉRCIO

As perspectivas de actividade do comércio continuaram a deteriorar-se ao longo do 2º trimestre, mas recuperaram de forma muito significativa em Junho.

Perspectivas de actividade



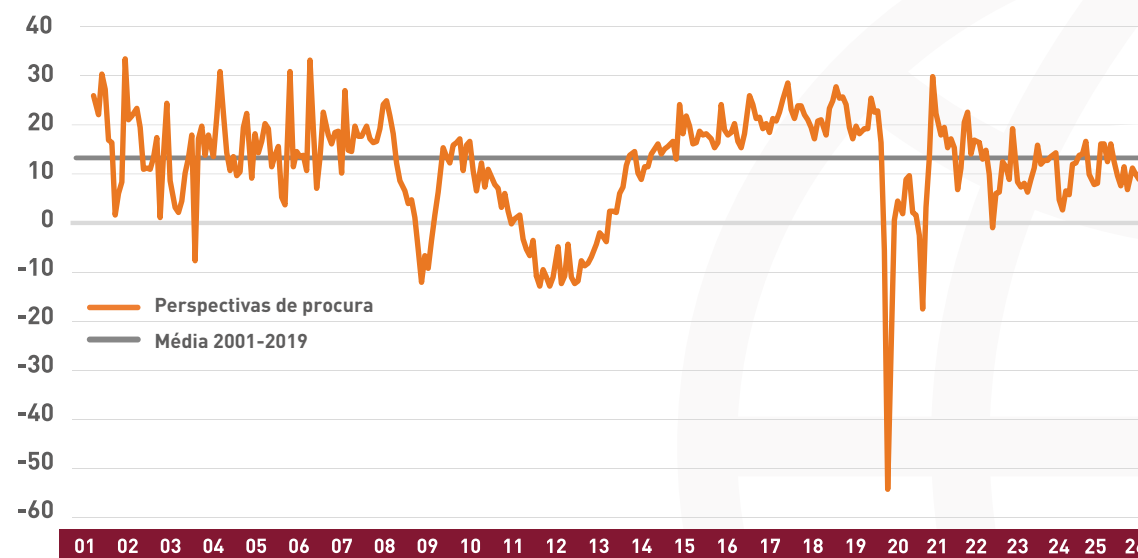
Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura ao Comércio, médias móveis de 3 meses.

- Recuperação em Maio e Junho

SERVIÇOS

Nos serviços, as perspectivas de procura sofreram em Março e Abril, mas recuperaram em Maio e Junho, conseguindo superar ligeiramente a média histórica.

Perspectivas de procura



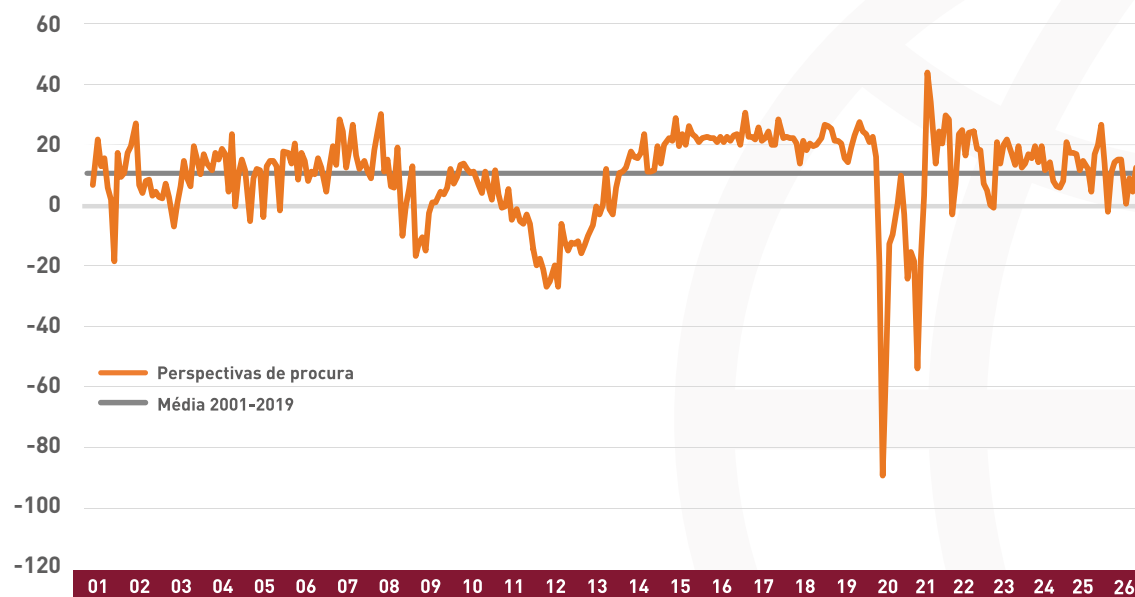
Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Serviços, médias móveis de 3 meses.

- Recuperação em Maio e Junho

TURISMO

As perspectivas de procura no alojamento e restauração deterioraram-se em Abril, recuperaram em Maio e Junho, para níveis acima da média histórica, provavelmente sob o efeito de acalmia dos receios mundiais dos impactos no turismo do conflito no Médio Oriente.

Alojamento, Restauração e Similares. Perspectivas de procura



Fonte: INE, Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Serviços, médias móveis de 3 meses.

- Inflação disparou, mas já começou a recuar

INFLAÇÃO

Com o conflito no Médio Oriente, a inflação disparou de 2,1% em Fevereiro para 3,3% em Abril e Maio, tendo já começado a recuar em Junho para 3,2%, um fenómeno que foi mais nítido no caso da inflação da zona euro.

Previsões da taxa de inflação

Fonte	Data	2026	2027
Conselho das Finanças Públicas	abr/26	2,9	2,3
Ministério das Finanças	abr/26	2,5	
Comissão Europeia	mai/26	3,0	2,3
OCDE	jun/26	3,2	2,5
Banco de Portugal	jun/26	3,1	2,4
FMI	jun/26	3,4	2,3
Católica	jul/26	2,5	2,2
Forum para a Competitividade	jul/26	2,6 a 2,8	2,3 a 2,5



- Forum para a Competitividade estima uma aceleração da inflação, de 2,3% em 2025 para entre 2,6% e 2,8% em 2026

Parecia que as hostilidades entre os EUA e o Irão estavam quase resolvidas, quando se reacenderam em meados de Julho, trazendo novas subidas do preço do petróleo e novos receios de impactos económicos mais prolongados. Ainda assim, o preço do Brent, que tinha recuado para níveis inferiores aos do início dos confrontos militares, subiu para valores pouco superiores a 90 dólares por barril, ainda muito abaixo dos quase 120 dólares que se registaram entre Março e Maio.

É muito difícil fazer previsões sobre a evolução militar e diplomática sobre o actual conflito no Médio Oriente, mas parece razoável esperar que não haja uma escalada significativa das hostilidades. Perante uma subida limitada dos preços da energia, a inflação deverá permanecer acima das metas da Reserva Federal e do BCE, mas não parece muito provável que haja efeitos indirectos significativos, o que deverá permitir que, em 2027, se regresse à trajectória de desinflação que se vinha verificando.

Assim, o Forum para a Competitividade estima uma aceleração da inflação nacional, de 2,3% em 2025 para entre 2,6% e 2,8% em 2026 e recuo posterior para entre 2,3% e 2,5% em 2027.

**-Empréstimos a crescer
ao ritmo mais elevado
desde Agosto de 2021**

2. AS EMPRESAS E OS SEUS CUSTOS

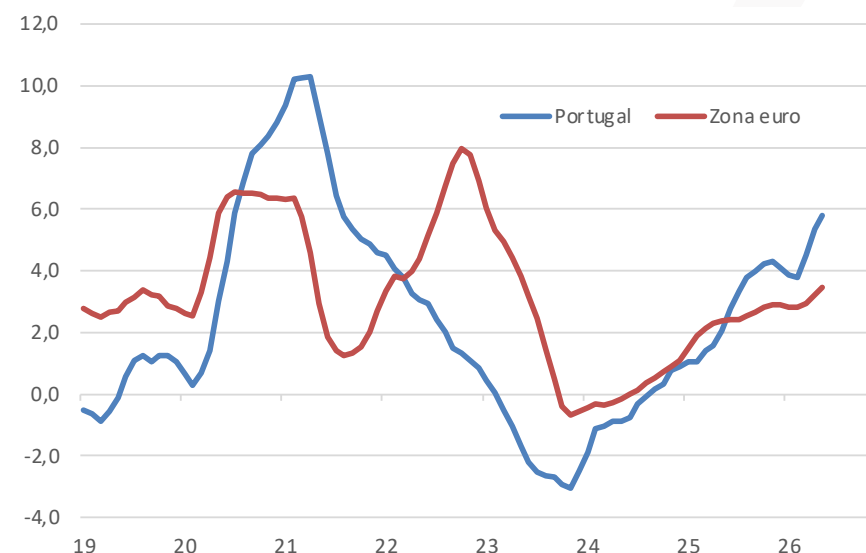
FINANCIAMENTO



No trimestre terminado em Maio, os empréstimos a sociedades não financeiras aceleraram para um crescimento de 5,8%, o ritmo mais elevado desde Agosto de 2021. Esta aceleração vinha-se verificando desde finais de 2023, conheceu um abrandamento no final de 2025, mas tem estado muito nítida em todo o ano de 2026.

Para além disso, é de salientar que, depois de cerca de três anos a crescer abaixo da média da zona euro, desde meados de 2025 que este crédito está acima daquele referencial e que até se tem registado um alargamento da diferença entre eles.

Crédito a sociedades não financeiras (média móvel de 3 meses)



Fonte: Banco de Portugal.

- Crescimento do emprego abrandou

Para empréstimos acima de um milhão de euros, a taxa de juro tem vindo a subir, de 3,54% em Dezembro para 3,79% em Maio, em contraste com a estabilização verificada na zona euro (3,4%).

TRABALHO

Pedro Braz Teixeira

No 1º trimestre, a taxa de desemprego subiu de 5,8% para 6,1%, com desaceleração quer da população activa (de 2,7% para 1,8%), quer do emprego (de 3,7% para 2,3%). Relembramos que a taxa natural de desemprego está estimada entre 6% e 7% e que o emprego continuou a crescer fortemente, pelo que estes dados estão longe de serem inquietantes.

Para além disso, em Abril e Maio, a taxa mensal de desemprego caiu sucessivamente, fixando-se nos 5,5%, enquanto o emprego também acelerou um pouco, para 2,8%.

Previsões de taxa de desemprego

Fonte	Data	2026	2027
Conselho das Finanças Públicas	abr/26	5,8	5,7
Ministério das Finanças	abr/26	6,0	
Comissão Europeia	mai/26	5,9	5,8
OCDE	jun/26	5,8	5,8
Banco de Portugal	jun/26	5,9	6,0
FMI	jun/26	5,9	5,9
Católica	jul/26	5,8	5,8
Forum para a Competitividade	jul/26	5,9 a 6,1	5,8 a 6,0



- Forum para a Competitividade estima uma estabilização da taxa de desemprego, de 6,0% em 2025 para entre 5,9% e 6,1% em 2026

O cenário central para o PIB é de um crescimento um pouco abaixo do potencial de crescimento, devido às perturbações decorrentes do conflito no Médio Oriente, mas provavelmente não muito inferior àquele referencial. Como temos vindo a referir, é provável que a imigração funcione como uma almofada significativa do mercado de trabalho, quer pela redução das entradas, quer por algumas saídas que já se têm feito sentir. Desta forma, a taxa de desemprego poderá registar uma menor flutuação face ao desempenho da economia.

Assim, o Forum para a Competitividade estima uma estabilização da taxa de desemprego, de 6,0% em 2025 para entre 5,9% e 6,1% em 2026 e redução marginal para entre 5,8% e 6,0% em 2027.

FISCALIDADE

DELOITTE LEGAL TELLES

[Decreto-Lei n.º 97/2026, de 20 de maio](#) que prevê um desagravamento fiscal na habitação: estabelece um pacote de incentivos fiscais (2.º regime adicional ao OE2026) para construção e arrendamento habitacional. Prevê IVA a 6% em obras de habitação (incluindo novas construções e reabilitação em ARU), taxas reduzidas de IRS/IRC sobre rendas (IRS de 20% para 10%; IRC de 21% para 14,7%) e exclusão de tributação de mais-valias reinvestidas em habitação própria. Cria ainda benefícios fiscais novos (contratos de investimento para arrendamento de longa duração – CIA) e aumento da dedução à coleta no IRS relativa a rendas, além de IMI e IMT reduzidos em habitações de renda controlada.



- 2º semestre parecia mais tranquilo, mas não será para já

[Lei n.º 27/2026, de 5 de junho](#) que autoriza o Governo a alterar o Código do IUC: define novo regime de tributação automóvel, incluindo modalidade de tributação anual (matricular anual), prazos e descontos, isenções proporcionais no ano de matrícula e medidas transitórias para 2027.

[Lei n.º 26/2026, de 3 de junho](#) – Transpõe diretivas UE sobre cooperação fiscal e tributação mínima global (GloBE): introduz, no Código do IRS e no regime de troca automática, obrigações de reporte de criptoativos e informação financeira (CRS/CARF). Altera ainda o Código do IRS, o Regime Geral de Infrações Tributárias (reforçando sanções por evasão e simplificando processos) e o Regime do Imposto Mínimo Global em IRC.

3. CONJUNTURA INTERNACIONAL

Pedro Braz Teixeira

O conflito no Médio Oriente parecia que se ia resolver rapidamente, quer dando fé nas notícias, quer pela evolução dos preços do petróleo, que desceram abaixo dos níveis anteriores ao confronto em meados de Junho. No entanto, as hostilidades reacenderam-se, os preços da energia voltaram a subir e ficou mais incerta a normalização do tráfego pelo estreito de Ormuz.

Assim, parecia que o 2º semestre de 2026 já traria alguma recuperação da actividade económica e redução da inflação, já visível em Junho, mas agora este cenário ficou mais incerto, embora também não inteiramente descartado.

Os países importadores de petróleo estão a ser os mais afectados (em particular a zona euro), enquanto os que mais investiram na Inteligência Artificial (sobretudo os EUA) estão a conseguir compensar as piores notícias.

**- Conflito no Médio
Oriente como barómetro
das perspectivas**

Previsões de crescimento

País	2024	2025	2026	2027
África do Sul	2,6	2,8	2,1	3,0
Alemanha	-0,5	0,3	0,7	1,1
Angola	5,0	3,1	2,3	2,6
Argélia	3,7	3,8	3,8	2,9
Austrália	1,0	2,0	2,0	1,8
Áustria	-0,7	0,6	0,7	1,0
Bélgica	1,1	1,0	0,7	1,0
Brasil	3,4	2,3	2,0	2,2
Canadá	2,0	1,9	1,4	1,8
China	5,0	5,0	4,6	4,2
Colômbia	1,5	2,6	2,4	2,3
Coreia do Sul	2,0	1,0	2,2	2,0
Dinamarca	3,5	2,9	2,3	1,5
Espanha	3,5	2,8	2,2	1,8
Estados Unidos	2,8	2,1	2,2	2,0
França	1,1	0,9	0,7	0,9
Índia	7,1	7,7	6,4	6,6
Itália	0,8	0,5	0,5	0,6
Japão	-0,2	1,1	0,6	0,8
Marrocos	3,8	4,9	4,9	4,5
México	1,4	0,7	1,2	2,0
Moçambique	2,1	-0,5	0,5	2,7
Países Baixos	1,1	1,8	1,1	1,3
Polónia	3,0	3,6	3,3	2,6
Reino Unido	1,1	1,4	0,9	1,2
Rússia	4,9	1,0	0,8	1,0
Suécia	1,0	1,6	1,9	2,2
Suíça	1,4	1,3	1,2	1,4
Taiwan	5,3	8,7	5,2	3,0
Turquia	3,3	3,6	3,2	3,6
Zona Euro	0,9	1,4	0,9	1,2
PORTUGAL	2,2	1,9	1,8	1,8

Fonte: FMI (Abr-26).



4. MERCADOS



MERCADOS MONETÁRIOS E CAMBIAIS

**-BCE ajustou taxas
diretoras face às
expetativas para a
inflação**

As taxas Euribor ao longo dos últimos meses registaram uma tendência de subida para os diferentes prazos, depois da relativa estabilidade verificada ao longo de grande parte do ano de 2025 e nos primeiros dois meses de 2026, antecipando a possibilidade do Banco Central Europeu subir as suas taxas diretoras, com o objetivo de ajustar a política monetária para responder ao aumento das pressões inflacionistas que resultam de subida significativa que se verificou ao nível dos preços do petróleo e gás natural nos mercados internacionais na sequência do conflito militar no Médio Oriente dos Estados Unidos e de Israel com o Irão. Apesar de ter sido assinado entre os EUA e o Irão um memorando para permitir nas próximas semanas a negociação de um acordo de paz definitivo o preço do petróleo e do gás natural permanece ainda claramente acima dos valores que se verificavam antes do início do conflito, sendo expectável que persistam impactos negativos ao nível da inflação.

Os mercados começaram por descontar subidas nas taxas diretoras do Banco Central Europeu, com impacto ao nível do comportamento das taxas Euribor para diferentes



prazos, através de uma subida mais significativa para as maturidades mais longas face às maturidades mais curtas.

O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) na reunião mais recente para analisar a política monetária, realizada em meados de junho, decidiu subir as suas taxas de intervenção em 0.25%, em linha com as expectativas. A taxa da facilidade permanente de depósitos passou de 2.0% para 2.25%, a taxa associada às operações principais de refinanciamento subiu de 2.15% para 2.40% e a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez subiu de 2.40% para 2.65%. Os responsáveis do BCE referiram que a instituição continua determinada em assegurar que a inflação estabiliza em torno do seu objetivo de 2% a médio prazo. Contudo, o conflito no Médio Oriente está a gerar pressões inflacionistas e a decisão de aumentar as taxas de juro apresentou-se como necessária e robusta face a um conjunto de cenários que incorporam as diferentes perspetivas de médio prazo para a evolução da taxa de inflação na Zona Euro, admitindo que apenas em meados de 2027 o crescimento dos preços deverá estar próximo dos objetivos definidos para a inflação. Considerando o cenário base, o BCE estima que a taxa de inflação em 2026 deverá situar-se nos 3.0%, nos 2.3% em 2027 e nos 2.0% em 2028, valores que correspondem a uma revisão em alta face aos anteriores para 2026 e 2027, e convergindo para o objetivo em 2028.

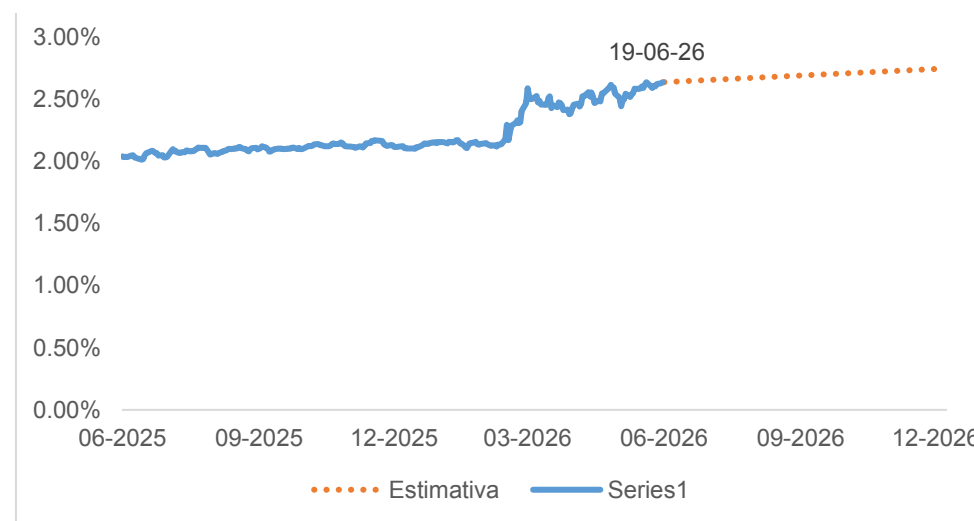
No atual enquadramento, em que as decisões de política monetária por parte do Banco Central Europeu continuarão a ser tomadas em função dos indicadores económicos e financeiros, os mercados estão para já a descontar a possibilidade de se verificar uma subida ao nível das taxas de juro diretoras do BCE nos próximos meses, o que está, e deverá continuar, a ter impacto no comportamento da Euribor para os diferentes prazos. Contudo, o acordo de paz definitivo entre os EUA e o Irão que leve a uma descida



**- Dólar norte-americano
poderá beneficiar da
menor dependência da
importação de petróleo e
gás natural por parte dos
EUA**

sustentada do preço de importantes matérias-primas energéticas para valores próximos dos que se verificam antes do início do conflito militar e a normalização das rotas comerciais no médio oriente poderá levar a um ajustamento em baixa das estimativas para a inflação e naturalmente para a necessidade de subidas das taxas diretoras por parte do BCE.

Euribor a 6 meses



Desde o início do ano de 2026 a moeda norte-americana tem apresentado uma relativa estabilidade nos mercados cambiais, permanecendo no intervalo 1.14 – 1.20 face ao Euro. Apesar da incerteza a nível geopolítico, a economia norte americana tem vindo a mostrar maior resiliência, o que se refletiu numa revisão em baixa mais acentuada das estimativas de crescimento da Zona Euro para 2026 e 2027, tendo em conta a maior dependência da importação destas importantes matérias-primas.

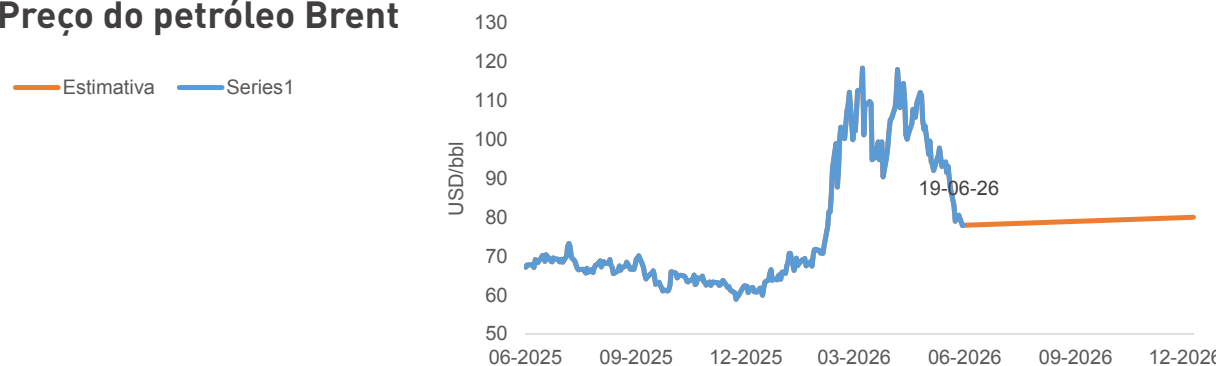


- Contexto de incerteza geopolítica determinante para preços do petróleo

MATÉRIAS PRIMAS

Os preços do crude aumentaram ao longo de janeiro, apoiados por falhas de fornecimento e tensão geopolítica crescente, com o Brent a ganhar cerca de 10 dólares por barril. O início de fevereiro trouxe um breve recuo depois de sinais de alguma acalmia no Médio Oriente, antes de os preços estabilizarem em torno 70 dólares por barril. O início de março testemunhou o lançamento de ataques coordenados contra o Irão por forças norte americanas e israelitas, criando as condições para um período de maior volatilidade nos mercados de energia – em particular no crude e no gás natural. O Irão retaliou com ataques de mísseis e drones dirigidos a Israel e a vários importantes exportadores de petróleo e gás do Golfo. Estes desenvolvimentos, juntamente com a renovada ameaça de encerramento do Estreito de Ormuz – um ponto de estrangulamento crítico por onde transita cerca de um terço das exportações globais de crude transportadas por via marítima – desencadearam o maior e mais rápido aumento dos preços do Brent (futuros do mês corrente) desde o início da guerra na Ucrânia, em 2022. O contexto atual permanece volátil, apesar de indicações mais favoráveis com o assinar do memorando de entendimento entre os EUA e o Irão. Os preços do petróleo e gás natural irão continuar a ser influenciados pelos acontecimentos geopolíticos na região do Golfo, com níveis de volatilidade mais baixos, mas ainda visíveis.

Preço do petróleo Brent





- O bloqueio do estreito de Ormuz gerou uma nova crise energética

5.DO BLOQUEIO DO ESTREITO DE ORMUZ ÀS INTERLIGAÇÕES IBÉRICAS

Luís Mira Amaral ²

1.0 BLOQUEIO DO ESTREITO DE ORMUZ E A CRISE ENERGÉTICA

O bloqueio do estreito de Ormuz gerou uma nova crise energética, afectando o mercado mundial do petróleo e dos produtos refinados e as exportações de gás natural liquefeito (GNL) do Qatar. Antes do recente conflito passavam no estreito entre 120 e 140 navios por dia e na sequência do memorando de entendimento entre o Irão e os EUA com a reabertura parcial do estreito tivemos no fim de Junho apenas cerca de 57 navios por dia a atravessarem o estreito.

Consumindo o mundo 100 milhões de barris/dia (Mbd) de petróleo, pelo estreito de Ormuz passavam em percentagem do transporte mundial 20% de petróleo (20 Mbd), 20% do GNL, 19% do jet-fuel, 16% de gasolina e 10% de gasóleo. Há na região dois oleodutos que podem minimizar o bloqueio: o saudita “Este-Oeste” ligando Abqaiq ao porto de Yanbu no Mar Vermelho com 1600 km e uma capacidade de transporte de 7 Mbd, mas limitado pela capacidade do porto a 4,5Mbd, e o dos Emiratos Árabes Unidos, ligando Hasban a Fujairah a sul do Mar de Oman com 360 km e uma capacidade de transporte de 1,5 Mbd. Como o Irão produz 3 Mbd e os petroleiros que transportam o seu petróleo eram autorizados a passar no estreito, poderemos dizer que em tese ainda poderiam sair da região cerca de 9 Mbd (3 do Irão e 6 pelos oleodutos). Para o GNL é que não há alternativa terrestre e as instalações de GNL do Qatar foram seriamente afectadas pelos bombardeamentos

² Engenheiro Electrotécnico (IST) e Economista (MSc NOVASBE), Presidente do Conselho Consultivo do Forum para a Competitividade, Coordenador do Observatório da Indústria, Inovação e Energia da SEDES.



- Antes desta crise, o consumo mundial de petróleo, gás natural e carvão continuava a aumentar

- O problema do bloqueio do estreito de Ormuz não é apenas energético

iranianos. Será lógico pensar que, caso o bloqueio do estreito de Ormuz se torne numa ameaça permanente e sistemática do Irão, os países do Golfo produtores de petróleo e gás natural, Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Qatar e Emiratos Árabes Unidos, comecem a pensar em ter a prazo alternativas ao estreito de Ormuz, designadamente através do reforço dos oleodutos existentes e da construção de gasodutos. Assim, como é típico nestas situações, quanto maiores forem no curto prazo os constrangimentos do Irão à navegação no estreito mais isso estimulará a procura de alternativas a prazo, reconfigurando a logística de aprovisionamento de petróleo e gás natural nesta geografia.

Quanto à redução dos combustíveis fósseis, eles representavam em 1990 85% da energia primária global e agora continuam ainda a representar 80% dessa energia primária, tendo continuado a aumentar, antes desta crise, o consumo mundial de petróleo, gás natural e carvão. Esta crise poderá tentar acelerar esta diminuição da procura por combustíveis fósseis, mas as mudanças são necessariamente lentas.

A perda de abastecimento de petróleo vindo desta região do Golfo foi em parte compensada com um aumento de produção de outros países fora desta geografia, pela utilização de reservas estratégicas dos principais países consumidores e pela diminuição da importação de petróleo por parte da China, um dos maiores utilizadores do petróleo vindo desta geografia. Neste sentido, felizmente não se confirmaram as notícias mais alarmistas que apontavam para um choque energético e uma subsequente recessão económica de grandes dimensões. Quer no crude quer no gás natural os aumentos de preços verificados foram felizmente inferiores aos que tivemos em 2021/22, aquando do começo do conflito na Ucrânia e da tentativa de diversificação da União Europeia do petróleo e sobretudo do gás russo, tendo o GNL dos EUA vindo a substituir o gás russo que vinha por gasoduto para a Europa.

Mas o problema do bloqueio do estreito de Ormuz não é apenas energético. Por lá passam também em percentagem do comércio mundial 49% da ureia, 30% do amoníaco,



- A Ásia está muito mais dependente do abastecimento energético do Golfo do que a Europa

10% do alumínio e 33% do hélio, obtido a partir do gás natural, e tão necessário para a indústria dos semicondutores e outros dispositivos eletrónicos. Assim temos também um problema com os metais, químicos e fertilizantes/adubos para a agricultura. De notar que há dois tipos de fertilizantes, os fosforosos feitos a partir do ácido sulfúrico, e os nitrogenados produzidos com ureia e amoníaco. Isto põe aliás sérios problemas aos países mais pobres, dependentes de importações agrícolas e que terão muitas dificuldades em pagar os aumentos de preços resultantes deste choque associado ao bloqueio do estreito de Ormuz.

A Ásia, designadamente a China, a Índia, o Paquistão e a Indonésia estão muito mais dependentes do abastecimento energético do Golfo do que a Europa. Esta dependerá no crude apenas em 9% e no GNL em 12%. Portugal depende no petróleo sobretudo do Brasil e EUA e no gás natural os nossos principais fornecedores são a Nigéria e os EUA. Contudo no jet fuel importámos 60% do Koweit. Neste contexto, o problema europeu não está no fornecimento físico desta geografia mas sim nas subidas de preços. Como os mercados são globais, subidas de preços associadas à restrição no estreito de Ormuz contaminam imediatamente os preços nas outras regiões do globo. Aliás os consumidores americanos, apesar dos EUA serem o primeiro produtor mundial de petróleo, também foram atingidos pela subida do preço do petróleo, o que veio a reflectir-se na inflação americana.

Mas há uma excepção no gasóleo. A União Europeia (UE) importa grandes volumes de gasóleo do Médio Oriente, EUA e Índia porque fomos por razões ambientais fechando a refinação. E em crises energéticas o gasóleo tende a subir mais do que a gasolina porque a procura é mais rígida (transportes, logística e agricultura) e em Portugal o consumo de gasóleo é três vezes superior ao da gasolina.



- Esta crise tem impactos económicos, que serão tanto maiores quanto mais o conflito se prolongar

- A economia mundial tem mostrado uma grande resiliência a estes choques com crescimento dos resultados empresariais

2.05 IMPACTOS ECONÓMICOS

É evidente que esta crise tem impactos económicos, que serão tanto maiores quanto mais o conflito se prolongar. O aumento dos preços da energia leva a uma reação em cadeia com aumentos nas cadeias logísticas e em todos os bens e serviços que utilizam a energia. Teremos a chamada inflação do lado da oferta, uma inflação pelo aumento dos custos de produção, e que configura um choque negativo do lado da oferta sobre a economia, podendo levar à chamada estagflação, ou seja inflação mais estagnação económica. Esta inflação pelos custos é muito mais difícil de combater pelos bancos centrais do que a inflação pelo lado da procura, em que face a um excesso de procura sobre a oferta, o banco central sobe as taxas de juro para reduzir a procura agregada e assim controlar a inflação. Neste caso, a subida das taxas de juro não consegue debelar a causa da inflação, aumento dos custos de produção, mas poderá levar ainda a um menor crescimento económico. O BCE já subiu as taxas directoras em 25 pontos base, com o objectivo de ancorar as expectativas inflacionistas, jargão utilizado pelos bancos centrais para dizer que também estão atentos aos efeitos de segunda ordem que se acrescentam ao surto inflacionista e que consistem em reivindicações salariais excessivas dos trabalhadores e aproveitamentos indevidos das empresas aumentando preços a ritmo superior ao da inflação.

Em todo o caso e até agora, a economia mundial tem mostrado uma grande resiliência a estes choques com crescimento dos resultados empresariais. Por exemplo, o Forum da Competitividade estima para Portugal que o PIB em 2026 cresça um pouco abaixo dos 2%, depois das perturbações do 1º Trimestre com as tempestades e com o início da Guerra EUA-Irão, pois que no 2º Trimestre deste ano o PIB terá crescido em cadeia entre 0,2% e 0,4%, o que leva a uma variação homóloga entre 1.8% e 2%. Por outro lado, se a situação no Golfo estabilizar, haverá alívio das tensões geopolíticas com correção do preço do petróleo e moderação das expectativas inflacionistas.



- Também o preço da eletricidade é afetado pela subida do preço do gás nos países muito dependentes das renováveis intermitentes, como é o caso português

Obviamente que os governos tentam mitigar os impactos da subida dos preços da energia no setor dos transportes e no cabaz de compra dos consumidores. O Governo português já o fez nos combustíveis, tendo começado naturalmente pela diminuição do ISP no gasóleo, tendo depois também abrangido a gasolina nessa medida, indo ainda ao gás de botija e certamente não deixará de ajudar as classes mais desfavorecidas no cabaz alimentar.

Em toda esta problemática sempre considerei que não se deviam ter medidas horizontais, atingido todos os segmentos da população de igual forma mas sim medidas selectivas e muito bem direccionadas aos segmentos da actividade económica e da população mais vulneráveis a este choque.

3.0 SISTEMA ELÉTRICO PORTUGUÊS, OS CENTROS DE DADOS E AS INTERLIGAÇÕES

Também o preço da eletricidade é afetado pela subida do preço do gás nos países muito dependentes das renováveis intermitentes, como é o caso português. Contrariamente ao discurso oficial e oficioso nacional e comunitário, que escamoteia isto, quando não há sol nem vento, a UE precisa do gás natural, do carvão, da hidroeletricidade e do nuclear para produzir a eletricidade. Como aconteceu antes na crise da Ucrânia, como já não temos cá o carvão que neste contexto nos daria uma útil diversificação em relação ao gás natural, temos que importar de Espanha ou recorrer às nossas centrais a gás que, funcionando então como centrais marginais, vão marcar o preço da eletricidade nessas horas. Como o rendimento de tais centrais é de cerca de 50%, o preço da eletricidade será então o dobro do preço do gás.

Reconhecendo esse facto, a Presidente da Comissão Europeia veio finalmente reconhecer o erro estratégico do recuo do nuclear na UE, isto num bloco que importa o gás natural.



- “Centros de Dados inundam rede elétrica” com pedidos de potência de consumo muito acima da ponta de consumo actual!

- As contribuições para o PIB e para o emprego são importantes, sobretudo na fase de investimento e não na operação

CENTROS DE DADOS E ELETRICIDADE

A 10 de Dezembro de 2025 o Expresso noticiava “Centros de Dados inundam rede elétrica” com pedidos de 26,5 GW de potência de consumo, muito acima da ponta de consumo actual!

Tivemos há doze anos o Centro de Dados da Covilhã da então PT, actualmente com 7 MW de carga de consumo e que poderia chegar aos 175 MW. Mais recentemente temos o Start Campus em Sines que arranca com 31 MW, que poderia chegar aos 1,2 GW e onde o governo Costa se embrulhou justamente por causa do fornecimento da eletricidade, como se viu na Operação Influencer.

E convém lembrar que as contribuições para o PIB e para o emprego são importantes, sobretudo na fase de investimento e não na operação.

Mas as implicações para o sistema elétrico são tremendamente relevantes, não só pelos elevados consumos mas também pela sua elevada variabilidade e dificuldade de previsão pois no início dum processo de treino de Inteligência Artificial e Computação Intensiva há grandes rampas, ou seja subidas intensas e quase instantâneas de consumo, graças à rapidez da eletrónica de potência. Assim, em termos de planeamento da rede, este tipo de cargas tem de ser avaliado de forma semelhante à da ligação à rede de grandes geradores. O governo Costa não percebeu as implicações para a rede local em Sines e que estávamos mal apetrechados só com renováveis intermitentes...

Com efeito, o elevado consumo e o funcionamento dos centros em permanência faz com que as renováveis intermitentes, eólica e solar, tenham dificuldades em os alimentar e por isso estamos a assistir no mundo, e designadamente nos EUA, às encomendas maciças de turbinas a gás e à ressurreição do nuclear, quer de grupos que estavam inactivos e que são reativados, quer dos pequenos reatores nucleares (SMR-



- Os Centros de Dados causarão uma externalidade negativa aos consumidores portugueses

- Recomendo a maior prudência a este governo nestes dossiers dos Centros de Dados

Small modular reactors), os quais, em comparação com as renováveis intermitentes, trabalham em permanência, têm maior densidade energética e exigem menos em expansão da rede e em ocupação do território.

E se o Centro de Dados não criar o seu próprio fornecimento de energia para ser autosuficiente, vamos assistir, como está a acontecer em Sines, a grandes investimentos nas redes de transporte para assegurar o fornecimento pela rede da energia que precisam. Tal significará pôr todos os consumidores a pagarem nas tarifas de acesso às redes o investimento nessas capacidades de transporte. Os Centros de Dados causarão assim uma externalidade negativa aos consumidores portugueses. Dito doutra forma, os investimento nas redes para alimentar os Centros de Dados serão socializados e pagos por todos nós consumidores, enquanto que os benefícios para a sociedade, passada a fase de investimento, serão escassos.

O lóbi das renováveis intermitentes julga agora que resolve o problema com as baterias acopladas a essas fontes. Mas segundo o World Energy Outlook da AIE, para alimentar em continuo uma carga de 100MW, precisaremos de ter 600 MW de fotovoltaica e 400 MW de baterias, ou seja um elevado investimento (capex-capital expenditure alto). Não me parece que neste momento, atendendo ao custo das baterias, tal seja viável economicamente.

Recomendo pois a maior prudência a este governo nestes dossiers dos Centros de Dados para não se embrulhar como o anterior....



**- Portugal e Espanha
mantêm uma forte
integração eléctrica**

AS INTERLIGAÇÕES ELÉCTRICAS NA PENÍNSULA IBÉRICA

Portugal e Espanha mantêm uma forte integração eléctrica, operando num mercado ibérico comum (MIBEL). As interligações entre os dois países são todas em corrente alternada e asseguram sincronismo pleno entre os sistemas eléctricos nacionais. O valor total da capacidade de interligação situava-se em cerca de 3 400 MW, distribuídos por 10 pontos de ligação ao longo da fronteira luso-espanhola.

Os trânsitos de potência através destas interligações variam ao longo do dia e das estações do ano, dependendo da produção renovável, da procura regional e das condições do sistema. Em condições normais de operação, Portugal é geralmente exportador líquido de energia durante períodos de elevada produção hídrica e eólica, e importador em situações de baixa produção interna ou elevados preços no mercado português ou elevada produção renovável espanhola, designadamente fotovoltaica.

Todas as interligações luso-espanholas são em corrente alternada, o que permite o sincronismo pleno de frequências entre Portugal e Espanha — um aspecto que distingue esta relação da ligação ibérica com França, onde parte significativa da capacidade é em corrente contínua, sem sincronismo.

10 pontos de ligação ao longo da fronteira luso-espanhola



Linhas
Linhas a 400 kV:
Alto Lindoso – Cartelle 1
Alto Lindoso – Cartelle 2
Lagoaça – Aldeadávila
Falagueira – Cedillo
Alqueva – Brovaes
Tavira – Puebla de Guzman
Linhas a 220 kV:
Pocinho – Aldeadávila 1
Pocinho – Aldeadávila 2
Pocinho – Saucelle

Linhas de Interligação entre Portugal e Espanha Fonte-REN/ERSE e Eng. João Jesus Ferreira "A interligação eléctrica Portugal -Espanha"

- Recentemente foi inaugurada uma nova interligação no Minho

Recentemente foi inaugurada uma nova interligação no Minho que reforça em 100 MW a capacidade de interligação entre Portugal e Espanha. Contando com esta nova interligação passaremos a onze linhas de interligação com Espanha, com Portugal a ter uma capacidade de exportação para Espanha de 3500MW, enquanto Espanha terá uma capacidade de exportação para Portugal de 4500MW. Esta linha vai ajudar a resolver alguns problemas de congestionamento da rede.



**- A Península
Ibérica permanece
estruturalmente semi-
isolada do ponto de vista
eléctrico**

Mas ao contrário do que alguém disse, esta nova linha não vai reduzir a probabilidade de termos um apagão em Portugal, quando ele voltar a acontecer em Espanha. Na realidade, mesmo antes desta ligação, as duas redes já estavam profundamente interligadas, funcionando em termos dinâmicos como se fosse apenas uma rede. Nesse sentido, se acontecer um novo apagão em Espanha, a nossa rede também irá abaixo, teremos sempre um apagão ibérico. A vantagem da nova ligação poderá estar na mais rápida reposição do serviço, caso zonas espanholas recuperem a energia mais rapidamente do que nós. Assim sendo, quanto mais ligações tivermos a Espanha, mais hipóteses teremos de aproveitar a retomada do serviço do outro lado da fronteira para através das interligações a rede espanhola nos ajudar a repor o serviço mais rapidamente.

INTERLIGAÇÕES ESPANHA-FRANÇA

A integração das redes eléctricas nacionais num Mercado Eléctrico Europeu eficiente e resiliente exige, segundo a Comissão Europeia, uma capacidade de interligação entre países de pelo menos, 15% da procura máxima. No entanto, a Península Ibérica permanece estruturalmente semi-isolada do ponto de vista eléctrico. Esta limitação compromete a eficiência do mercado, a segurança de abastecimento e a integração de fontes renováveis. A questão ganhou particular relevância após o apagão ibérico de 28 de Abril de 2025, que revelou vulnerabilidades críticas na estabilidade da rede.

Aligação eléctrica entre a Península Ibérica e o resto da Europa é realizada exclusivamente através das interligações entre Espanha e França. Estas infra-estruturas são cruciais para a integração do mercado ibérico no espaço europeu, permitindo o intercâmbio de energia e o equilíbrio de oferta e procura a nível transnacional. No entanto, a sua configuração técnica apresenta limitações relevantes no que respeita à sincronização da frequência entre sistemas.



- Apesar do reforço previsto, o sincronismo directo continuará limitado aos 1 400 MW da única interligação em corrente alternada

- Esta interligação representa não só um canal energético entre dois continentes, mas também uma oportunidade estratégica de cooperação euro-mediterrânica

Atualmente, existem duas interligações operacionais e uma terceira em fase de desenvolvimento:

- Interligação 1 – Linhas aéreas em corrente alternada, entre Baixas-Santa Llogaia, com capacidade de 1 400 MW. Esta é a única ligação que assegura o sincronismo de frequência entre a Península e a rede europeia continental.
- Interligação 2 – Cabo subterrâneo em corrente contínua (HVDC), também com 1400 MW, operacional desde 2015. Permite transferência de potência com controlo independente, mas sem partilha de inércia ou sincronismo.
- Interligação 3 – Cabos submarinos HVDC entre Bilbao e Bordéus, ao longo da costa do Golfo de Bis caia, com 2 200 MW, previsto para entrar em funcionamento em 2028. É um JV 50/50 entre a RTE/França e a RE/Espanha. Esta ligação reforçará a capacidade total de interligação para 5 200 MW.

Estavam ainda previstas duas outras ligações entre Navarra-Landes e Aragon-Marsillon.

Apesar do reforço previsto, o sincronismo directo continuará limitado aos 1400 MW da única interligação em corrente alternada, deixando a Península numa situação de vulnerabilidade dinâmica, com baixa inércia e dependência de uma ligação única para estabilidade electromecânica.

INTERLIGAÇÕES ESPANHA-MARROCOS

A única ligação eléctrica actualmente existente entre a Península Ibérica e o continente africano é a interligação entre Espanha e Marrocos, através do Estreito de Gibraltar. Esta interligação representa não só um canal energético entre dois continentes, mas também uma oportunidade estratégica de cooperação euro-mediterrânica no domínio das energias renováveis, nomeadamente solar e eólica.



- Está actualmente em fase de desenvolvimento um terceiro cabo de interligação entre Espanha e Marrocos

A interligação entre Espanha e Marrocos foi inaugurada em 1997, sendo a primeira ligação eléctrica entre a Europa e África. Trata-se de uma interligação submarina em corrente alternada (CA), composta por dois circuitos trifásicos a 400 kV, com uma capacidade de transmissão de cerca de 1 400 MW. Os cabos submarinos atravessam o Estreito de Gibraltar numa extensão de cerca de 59 quilómetros, ligando Tarifa (Espanha) a Fardioua (Marrocos). Esta interligação é síncrona, permitindo que Marrocos opere em sincronismo com a rede da Europa Continental através da Península Ibérica. Isso confere a Marrocos estabilidade adicional e permite trocas energéticas em tempo real, incluindo apoio mútuo em caso de necessidade.

Está actualmente em fase de desenvolvimento um terceiro cabo de interligação entre Espanha e Marrocos, com características idênticas às existentes, que deverá acrescentar mais 700 MW de capacidade adicional. Este reforço foi acordado entre os dois países e visa:

- Aumentar a fiabilidade das trocas;
- Acompanhar a evolução da produção renovável marroquina;
- Preparar o sistema para exportações de electricidade verde do Norte de África para a Europa.

A entrada em operação desta terceira interligação está prevista para 2027 ou 2028, dependendo do ritmo de construção e licenciamento.

Face a estes desenvolvimentos, sou muito céptico do ponto de vista do interesse e da própria viabilidade económica duma nova ligação Portugal-Marrocos.



6. LEGISLAÇÃO

DELOITTE LEGAL TELLES

ENERGIA, AMBIENTE E INFRAESTRUTURAS

[Despacho n.º 4411-A/2026](#), que estabelece as condições para a isenção total dos encargos correspondentes aos custos de política energética, de sustentabilidade e de interesse económico geral que incidem sobre as tarifas de acesso à rede elétrica de serviço público para os projetos de autoconsumo, individual ou coletivo, e de comunidades de energia renovável que obtenham as condições de exercício de atividade nos anos de 2026 a 2029.

[Diretiva n.º 2/2026](#), que regulamenta a atribuição de capacidade de ligação à rede de instalações de consumo em zona de grande procura.

PÚBLICO

[Comunicado do Conselho de Ministros de 25 de junho de 2026](#), da aprovação de DecretoLei que concretiza uma reforma ao Código dos Contratos Públicos.

[Decreto-Lei n.º 108/2026, de 29 de maio](#) que revê o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas e altera o regime jurídico da urbanização e da edificação e o regime jurídico da reabilitação urbana.



LABORAL

Proposta de Lei n.º 77/XVII/1ª: Foi apresentada a Proposta de Lei n.º 77/XVII/1.ª, a qual prevê a alteração de um conjunto de diplomas no domínio do direito do trabalho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 75-A/2026, de 27 de abril retificada pela Declaração de Retificação n.º 14-A/2026/1, de 29 de abril Aprova a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2026-2027;

SOCIETÁRIO

Norma Regulamentar da ASF n.º 2/2026-R, de 16 de abril, que altera as condições gerais da apólice de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel. Relevante para contratos de seguro e gestão de risco empresarial, incluindo empresas com frotas e exposição a responsabilidade civil automóvel.

Lei n.º 14/2026, de 27 de abril, sobre seguros, crédito e direito ao esquecimento, que reforça o direito ao esquecimento e proteção do consumidor na contratação de seguros relacionados com créditos, alterando a Lei n.º 75/2021, o Decreto-Lei n.º 74-A/2017 e o Decreto-Lei n.º 384/2007. Tem interesse para seguros associados a crédito, incluindo créditos para fins comerciais/profissionais celebrados por pessoas singulares e deveres de informação de instituições de crédito/seguradoras.

Decreto-Lei n.º 98/2026, de 21 de maio, sobre moratória de créditos/empresas afetadas pela tempestade Kristin, que prolonga o diferimento temporário do pagamento de capital, juros e encargos associados a contratos de crédito e a proibição de revogação de linhas de crédito existentes. Relevante para contratos bancários/comerciais e tesouraria empresarial, abrangendo empresas e outras entidades afetadas, com produção de efeitos a 29 de abril de 2026.



EUROPEU E CONCORRÊNCIA

[Comunicado 08/06 da AdC, de 30 de março de 2026](#), O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) confirmou integralmente a decisão da AdC que condenou três empresas do grupo multinacional de consultoria tecnológica Inetum ao pagamento de uma coima no montante de €3.092.000, por práticas anticoncorrenciais no mercado laboral.

sentença agora proferida constitui a primeira confirmação judicial, em Portugal, de uma coima aplicada por práticas restritivas da concorrência nos mercados de trabalho.

[Comunicado 09/2026 da AdC, de 7 de maio de 2026](#), que proíbe a operação de concentração consistente na aquisição, pelo Grupo Boluda, do controlo exclusivo da Remolcanosa Portugal – Serviços Marítimos, S.A., por ser suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva no mercado da prestação de serviços de reboque marítimo portuário e amarração no Porto de Sines, onde eliminaria a única concorrência efetiva existente, transformando um duopólio assimétrico em monopólio. A AdC considerou os dois pacotes de compromissos apresentados insuficientes e inadequados, decidindo proibir a operação ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 53.º e do artigo 41.º, n.º 3, da Lei da Concorrência (a operação havia passado a investigação aprofundada em dezembro de 2025).

TECNOLOGIA E CIBERSEGURANÇA

[Parlamento Europeu aprova medidas para simplificar lei e proibir aplicações de “nudificação”](#). A 16 de junho, o Parlamento Europeu deu validação final à alteração de determinadas regras do Regulamento de Inteligência Artificial da EU, como parte do conjunto de medidas de simplificação para o digital. A lei proíbe a colocação no



mercado, em serviço ou a utilização de sistemas de IA que criem material com imagens de abusos sexuais de criança ou capazes de gerar imagens, vídeos e áudio que representem partes íntimas de uma pessoa identificável, ou atividades sexualmente explícitas, sem o seu consentimento. Esta prática proibida constitui uma infração nos termos do Regulamento de Inteligência Artificial, ficando os responsáveis sujeitos à coima mais elevada – isto é, até 35.000.000,00EUR ou, se o infrator for uma empresa, até 7% do seu volume de negócios atual total.

Comissão Europeia publica Código de Conduta sobre a marcação e rotulagem de conteúdos gerados por IA A 10 de junho, a Comissão Europeia publicou o Código de Conduta final sobre marcação e rotulagem de conteúdos gerados por IA. O Código é voluntário e estabelece medidas práticas para ajudar os fornecedores e responsáveis pela implantação de sistemas de inteligência artificial generativa a cumprir as obrigações de transparência do Regulamento Inteligência Artificial, que serão aplicáveis a partir de 2 de agosto de 2026.

PROTEÇÃO DE DADOS

CEPD adota um template para a elaboração de Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados (Data Protection Impact Assessments). No dia 14 de abril de 2026, o Comité Europeu para a Proteção de Dados (CEPD) adotou um modelo para a elaboração de Avaliações de Impacto sobre a Proteção de Dados (DPIA), o qual será objeto de consulta pública até 9 de junho. Após esta fase, as autoridades de controlo iniciarão os procedimentos necessários para a sua adoção, sendo, entretanto, recomendada a sua utilização pelas organizações, bem como a submissão de contributos no âmbito da referida consulta.



PROPRIEDADE INTELECTUAL

[Tabela de Taxas de Propriedade Industrial publicada na Deliberação 334º/2026, de 20 de março de 2026](#), que atualiza os valores aplicáveis às diversas modalidades de Propriedade Industrial, em vigor a partir de 1 de julho.

[O INPI promove consulta pública relativa à ratificação por Portugal do Ato de Genebra do Acordo de Haia relativo ao Registo Internacional dos Desenhos ou Modelos Industriais](#), com início no dia 15 de junho e que decorrerá até o dia 30 de junho de 2026. A consulta pública visa recolher observações e contributos relativamente à oportunidade, alcance e impacto da adesão, incluindo eventuais implicações no enquadramento legal interno, nos procedimentos administrativos e no funcionamento do sistema nacional de proteção de desenhos ou modelos. São convidados a participar todos os interessados no sistema de propriedade industrial, incluindo entidades públicas e privadas, profissionais do setor, instituições académicas e agentes económicos.

MOBILIDADE INTERNACIONAL

[Lei Orgânica n.º 1/2026, de 18 de maio](#) que procede à alteração da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade).

[Declaração de Retificação n.º 17/2026/1, de 18 de maio](#) que retifica a Lei Orgânica n.º 1/2026, de 18 de maio.

ESTE DOCUMENTO TEM O APOIO DE:



CaixaBI
Banco de Investimento

TELLES
— ADVOGADOS —